

04 NOV 1990

ANTÔNIO CARABALLO

Interlocutores recentes da ministra Zélia Cardoso de Mello, com responsabilidades na direção de grandes corporações nacionais e estrangeiras, confessam inquietação crescente com o futuro próximo da economia brasileira. O diálogo com a equipe econômica vai ficando cada vez mais difícil. Na falta de um capítulo que explique o engessamento dos índices inflacionários no perigoso patamar dos 13/14 por cento mensais, dentro do manual que traz a receita do programa de estabilização do Brasil Novo, a ministra da Economia tem recorrido à velha teoria conspiratória. O prazo para que a promessa de uma inflação mensal de Primeiro Mundo seja cumprida está acabando, e o contencioso político certamente crescerá por conta de um eventual insucesso.

O nervosismo da área econômica tem sua razão de ser. A política monetária estabeleceu uma dieta de moeda para a economia nacional, digna do arrocho com que os ministros Roberto Campos e Octávio Gouvêa de Bulhões derrubaram a infla-

ção, no Brasil revolucionário do general Castello Branco. Hoje, no entanto, os pedidos de concordata crescem 450 por cento, mas o Governo não consegue anunciar o recuo final dos índices inflacionários. É verdade que nossa estrutura produtiva, atualmente, é muito mais complexa que a de 25 anos atrás. Mas o fato de representarmos uma das dez maiores economias do mundo ocidental não explica e nem justifica essa incapacidade: Se até aqui não pudemos aplaudir um brasileiro no pódio do Prêmio Nobel de Economia, também não obrigamos nossos administradores públicos a lidar com PIBs como o japonês, alemão ou norte-americano.

Há uma queda-de-braço visível, entre o Governo e boa parte do PIB brasileiro, com queixumes de ambos os lados. Há um esforço quixotesco e meritório de alguns poucos crentes, na busca de um graal contemporâneo (o pacto social), que finalmente nos livre das trevas da crise. Porém, acima de tudo, nota-se um esgarçamento da confiança dos agentes econômicos na capacidade governamental para efetivamente trazer a inflação para algo próximo de zero, sem que isso

implique literalmente sucatear parcialmente a importante do parque produtivo. Como economia e política são faces de uma mesma moeda, observase um derradeiro esforço do presidente Fernando Collor para apoiar sua equipe.

É compreensível essa atitude presidencial. Não só pela gravidade e amplitude das responsabilidades, da equipe da ministra Zélia Cardoso de Mello, mas, principalmente, pela necessidade de esgotar as possibilidades desse caminho, enquanto se avalia as alternativas. Certamente, os laboratórios de engenharia política do Palácio do Planalto não param de estudar fórmulas que permitam correções no plano de voo governamental.

A posse do novo Congresso Nacional, em 1º de fevereiro, é um desses marcos. A posse dos novos governadores, em março de 1991, é outro. Se Leonel Brizola conseguir avançar em seu projeto de unificar sob seu comando as oposições ao governo Collor, o contencioso político a administrar em 1991 já será tal que a única coisa que não fará falta ao presidente da República será um fracasso de sua equipe econômica.

O tempo está acabando

Correio Braziliense